

# AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E SEU REDIMENSIONAMENTO ATRAVÉS DE UMA ARTICULAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS NA REGIÃO CENTRAL DA ZONA DA MATA MINEIRA<sup>1</sup>

Renan José Freitas Assis <sup>2</sup>  
Nelmires Ferreira da Silva <sup>3</sup>  
Marilda Teles Maracci <sup>4</sup>

## RESUMO

O presente artigo se debruça sobre um espaço de articulação dos movimentos sociais da Zona da Mata Mineira, a Escola Nacional de Energia Popular (ENEP). Apreendemos a bibliografia presente acerca de movimentos sociais e a ciência geográfica, para embasar nossa análise acerca da ENEP. Utilizamos como fonte documental o “Caderno de Memórias”, no qual estão registradas as relatorias das reuniões da referida escola. A partir dos dados levantados podemos observar a multiescalaridade dos movimentos que compõem a ENEP, assim como a centralidade de sua organização em torno do trabalho, em especial o mutirão. Percebemos também a forte presença das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na territorialidade da ENEP.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais, Território, Escala, Zona da Mata mineira, Universidade Popular.

## ABSTRACT

This article focuses on a space for articulating social movements in the Zona da Mata of Minas Gerais, the Escola Nacional de Energia Popular (ENEP). We articulate the current bibliography about social movements and geographic science, to support our analysis about ENEP. We used the “Memories Notebook” as a data source, in which the reports from the meetings of that school are recorded. From these data we can observe the multi-scalarity of the movements that make up ENEP, as well as the centrality of its organization around work, especially the collective effort. We also noticed the strong presence of Base Ecclesiastical Communities (CEBs) in the territoriality of ENEP.

**Keywords:** Social movements, Territory, Scale, Zona da Mata mineira, Popular University.

---

<sup>1</sup>Resultado parcial de dissertação de mestrado, ainda em andamento.

<sup>2</sup> Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Viçosa- UFV, [renan.assis@ufv.br](mailto:renan.assis@ufv.br). Bolsista FAPEMIG.

<sup>3</sup> Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [fnelmires@gmail.com](mailto:fnelmires@gmail.com);

<sup>4</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, [marilda.maracci@ufv.br](mailto:marilda.maracci@ufv.br);

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de dissertação ainda em andamento, e traz resultados provisórios da mesma. Buscamos dialogar a bibliografia que relaciona a ciência geográfica aos movimentos sociais junto das ações e calendários da Escola Nacional de Energia Popular, a ENEP. A pesquisa tem buscado refletir acerca do território da ENEP, as escalas que são dinamizadas pelos movimentos através da Escola. Além disso, temos percebido uma forte presença da territorialidade das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na referida Escola, o que nos leva a questionar de que forma que essas diferentes organizações se influenciam e são alteradas pela ENEP.

A Escola Nacional de Energia Popular surge com o objetivo de ser um espaço formativo para os movimentos e a partir dos movimentos sociais. Situada em Viçosa-MG, o este espaço abriga diversos movimentos sociais da região e, acreditamos, pode ser um dos locais que mais agregam diferentes escalas e formas de lutas na Zona da Mata Mineira.

Optamos por utilizar, neste trabalho, o “Caderno de Memórias”, em que estão registradas as atas de reuniões mensais da ENEP, abarcando o período de agosto de 2016 a dezembro de 2019. No presente texto analisamos as relatorias que vão de agosto de 2016 a agosto de 2017, compreendendo um ano de trabalhos. Estes registros compreendem as discussões realizadas, de forma qualitativa. Também há, em alguns deles, a socialização dos calendários dos movimentos sociais assim como as representações presentes dos movimentos. Também temos realizado, semanalmente, trabalhos de campo na Escola nos quais se acompanham mutirões e reuniões. Assim, nosso olhar e análise também estão embasados através destes mesmos trabalhos de campo.

Nos debruçando sobre estes materiais, podemos perceber que a ENEP é um lugar em potencial para que os movimentos possam realizar suas ações em outras escalas, já que são socializados as agendas e os mutirões e reuniões servem como espaço de articulação e aproximação política. No entanto, ainda nos são necessários dados para relacionar a prática das CEBs, tão presente na ENEP, aos movimentos sociais que também constroem a Escola.



## METODOLOGIA<sup>5</sup>

O presente trabalho utilizou três formas distintas de coleta de dados, duas delas documentais e outra referente à trabalhos de campo realizados no sítio da pesquisa.

Uma das fontes documentais trata-se de um caderno de atas, em que foram datadas as atividades realizadas na ENEP de 17 de janeiro de 2017 até 17 de Junho. Adianta-se que há lapsos de tempo presentes neste arquivo, além do reconhecimento, através de testemunhos orais, de que diversas atividades não foram registradas no caderno. Ainda assim, esta é uma das fontes de dados que obtivemos, e sua importância, apesar de ausências relatadas, se mantém por ser um rico relato dos eventos que perpassaram na ENEP.

Foi possível retirar quatro informações do Caderno de Atas: i) as datas dos eventos; ii) os eventos em si, identificados por título único; iii) representações políticas que participaram de determinado encontro. No que diz respeito às representações, a grande maioria dos relatos não possui esta identificação. Em alguns poucos relatos foi indicado a origem geográfica de cada participante, no entanto por serem pouquíssimas entradas este dado não foi levado em conta; iv) o número de participantes de cada evento, contabilizado através da assinatura das listras de presença. Estas informações foram sistematizadas por suas respectivas datas.

Outro documento diz respeito ao “Caderno de Memórias”, em que estão registradas as relatorias das reuniões mensais da ENEP. As relatorias começam a serem registradas em meados de 2016, e abarcam o período que vai até março de 2019. Esta documentação tem sido fundamental para capturar o desenvolvimento da Escola, já que é o registro das Reuniões Gerais de Coordenação. Optamos por utilizar doze desses registros, percorrendo meados de 2016 até meados de 2017. Este primeiro período foi utilizado para aferir a validade do documento para a pesquisa.

A análise do “Caderno de Memórias” é sobretudo qualitativa. As entradas neste caderno indicam os princípios pedagógicos e políticos que orientam a ação política da ENEP. Há reuniões mais valorosas para o presente trabalho, quando possuem um caráter avaliativo e orientador, indicando os rumos, acertos e críticas sobre a própria Escola. As reuniões também

---

<sup>5</sup>Projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP, da Universidade Federal de Viçosa.

servem de local de socialização das agendas (Pedon, 2018) de lutas dos movimentos, o que nos ajuda a visualizar suas articulações políticas e espaciais.

Os trabalhos de campo são realizados às sextas-feiras na ENEP. A pesquisa hoje integra um dos grupos de trabalho da Escola, responsável pela manutenção do espaço agrícola e também a área interna das edificações.

A participação direta na Escola contribui para observar e participar de seus movimentos do cotidiano, assim como propicia conversas, reuniões e participação em mutirões. A participação direta tem ocorrido desde meados de 2023. O dia que se realiza é referente tanto à organização interna da ENEP quanto da disponibilidade do pesquisador.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **As Comunidades Eclesiais de Base - CEBs**

Há alguns aspectos importantes relacionados à CEBs, e aqui expomos e destacamos um breve histórico de formulação das Comunidades dentro da Igreja e em Minas Gerais, sua concepção política e organizativa, sua própria espacialidade e alguns aportes pedagógicos e metodológicos.

As Comunidades Eclesiais de Base surgem do contexto recrudescido da ditadura militar brasileira e, junto à isso, destacamos dois eventos referentes à institucionalidade da Igreja católica. Um deles diz respeito ao Concílio Vaticano II, realizado no final de 1961, no Vaticano. Procurava-se, através de um encontro global de agentes da Igreja Católica, uma aproximação da Igreja com o mundo, com a realidade. Se fazia uma tentativa de situar a Igreja nas circunstâncias em que ela estava inserida. Na América Latina, o Concílio vai se desdobrar na cidade de Medellín, na Colômbia, já em 1968, em que na II Conferência Episcopal, opta-se por se voltar aos pobres, explorados e injustiçados. Este movimento trazido à América Latina terá amplas repercussões, com as CEBs sendo um dos grandes vetores de formação dos movimentos sociais na região (Zibechi, 2020). Assim a Igreja brasileira se volta aos grupos que se formavam em oposição à ordem estabelecida, grupos estes que "procuraram o caminho de construção de uma nova sociedade, justa e fraterna" (Paiva, 1987, p. 141).

Em Minas Gerais as CEBs originaram-se principalmente através das dioceses de Caratinga e Itabira. Como desdobramento do Concílio Vaticano II, começa-se a formação de grupos, de lideranças e de comunidades, numa busca de ligar a Igreja às comunidades. A Sociedade São Vicente de Paula é fundamental para a organização dessas comunidades, sendo que a sociedade em muitos casos já era presente em locais que depois vigoraram as CEBs. Estas, num primeiro momento, não terão bem uma identidade própria, sendo que a formação de qualquer grupo já era intitulado enquanto CEB. A experiência de Caratinga de continuação de cursos originou o Movimento Boa Nova, o MOBOM. É dessa experiência, mais consubstanciada, que sua influência transbordará para outras regiões, a saber: do Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce e também para a Zona da Mata Mineira.

"O Tema político tomou conta das CEBs, por ocasião das eleições de 82. O II Encontro Mineiro de CEBs (setembro, 82) reflete isso muito bem. A síntese dos relatos feitos no plenário registra as atividades regionais:

[...]

Regional Zona da Mata:

-- iniciado um processo de educação política;  
-- depois de um curso de 'Fé e Política', em Leopoldina, candidatos do PDS renunciaram" (Paiva, 1987, p.158)

As primeiras experiências de CEBs na zona urbana se deram na cidade de Contagem. Havia na cidade uma organização eclesial pretérita, ainda da década de 1960, mas que foi desmantelada pelos anos de chumbo da ditadura. A re-articulação da sociedade em torno das CEBs se deu através de diversas pautas ligadas à urbanidade, quer seja a melhora de condições trabalhistas e de salário, de transporte, de moradia, entre outras. As CEBs foram sendo articuladas em diversas cidades e municípios de Minas Gerais. Sua articulação se consolida em 1981, no Primeiro Encontro Mineiro das CEBs. Esse encontro é resultado de anos de articulação das comunidades do estado. No encontro de CEBs de 1985, estavam presentes todas as dioceses do estado de Minas, com a única exceção de São João del-Rei.

Apesar de ser um termo de uso corrente, a definição do que são as Comunidades Eclesiais de Base se mostra mais importante à pesquisadores e membros da Igreja do que propriamente às pessoas que integram as CEBs. De forma geral, a definição empregada no meio acadêmico tende situar-se próxima da que foi proposta por Frei Betto: "São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno

de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas de casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares” (Betto, 1981, p.17 *apud* Gomes, 1989, p.54)(grifos nossos).

No entanto há uma definição que se faz importante também para os sujeitos das CEBs. Trata-se de definir as Comunidades Eclesiais de Base enquanto movimento de luta, de transformação da sociedade. Assim, a preocupação é de garantir o conteúdo político dessas organizações populares. A autora destaca que:

O mais importante é que, apesar de suas diferentes estruturações e de sua prática às vezes tão distinta, as CEBs carregam consigo uma simbologia de resistência, luta e busca da vivência de novos valores, mesmo que em níveis mínimos dentro de um contexto mais global (Gomes, 1989, p. 55)

É conhecido que as CEBs desenvolvem suas ações em comunidades rurais e urbanas, e tendem a refletir e se inserir em problemas localizados nestas mesmas comunidades. Nestas comunidades experienciam-se assim novas relações sociais, de solidariedade, trabalho conjunto, afetos mais justos e solidários. É um pequeno espaço em que são observados e vivenciados relações que se contrapõem à lógica capitalista. Não se trata no entanto de dizer que este espaço supera as contradições e normas capitalistas, tarefa impraticável enquanto vigorar a hegemonia do sistema. No entanto se trata de constatar que são relações geminais de outros modelos sociais, de outras formas de organizar a economia, a política, o poder. Certamente a proliferação de tais microcosmos contribuiu para o aprofundamento da resistência contra a hegemonia.

A delimitação espacial de tais comunidades se faz uma tarefa que talvez seja impraticável. Não seria possível traçar uma linha na realidade concreta e estipular até onde incide a Comunidade Eclesial de Base. Há uma referência espacial mais genérica, que a grosso modo abarca o bairro na área urbana ou determinada comunidade na área rural. No entanto, quando os sujeitos da CEBs definem as comunidades é no sentido da vida em

comunidade, das relações sociais construídas pelas CEBs. E é dessa possibilidade de se engajar numa comunidade afetiva que leva muitos sujeitos à luta social e a se mobilizar em outros grupos, pautas e bandeiras.

Não há a explicitação das propostas sociais das CEBs nos seus espaços de reuniões e encontros. Não há uma proposta sistematizada, de forma teórica, de como seria a outra forma de organizar a sociedade pelas Comunidades Eclesiais de Base. No entanto, sua ação nas Comunidades traz uma realidade concreta para essa nova forma de sociedade. É através de sua prática que podemos ver sua concepção de novas relações sociais que, na sua essência, são anticapitalistas. Não se trata de não haver propostas para a transformação social, mas sim de não haver generalizações de como essas transformações podem ocorrer. Algo que chama atenção dessa forma de atuação das CEBs é sua continuidade desse modelo. Essa forma de se organizar e de agir tem atravessado décadas de atuação e de articulação entre o movimento. Trata-se então de uma formação que tem acontecido à longo prazo, aprofundando essas outras formas de organização social (Gomes, 1989).

O programa político das CEBs vai no sentido de promover a organização popular das comunidades e dos sujeitos abarcados pela sua ação social. A relação das CEBs com os partidos políticos caminha na mesma direção, no sentido de promover a organização popular e a transformação da realidade. Assim a parceria e proximidade com partidos tem esse critério como norte do diálogo político.

Segundo Paiva (1987) a prática pedagógica das CEBs visa a organização das classes populares em vista de relações comunitárias, na experiência da troca, da alteridade e do trabalho compartilhado. A aprendizagem através das CEBs talvez seja sua grande contribuição à transformação social. Esse aspecto leva os sujeitos abarcados pelas Comunidades Eclesiais a refletirem sobre suas respectivas realidades e atuarem sobre elas. Essa prática assim produz uma importante formação política entre as classes populares, o que lança bases para a perpetuação da prática política. Se, por um lado, as CEBs traçam quadros políticos através da sua prática social, junto a isso está embebido ao processo o ânimo através da utopia. A celebração se faz um dado fundamental neste processo, e é o que leva a agregação de amplos setores das classes populares. A utopia e a prática política produzem uma imbricação do presente com o futuro.

GOMES (1989) vê os seguintes recursos metodológicos do processo pedagógico das CEBs:

método da reflexão: O mais comum nos encontros de reflexão é trazer fatos e momentos de vida em relação ao texto bíblico. Assim, parte da escritura serve para iluminar o acontecido no cotidiano das Comunidades Eclesiais de Base, unando a fé com a vida.

avaliação: a avaliação já se tornou comum entre as CEBs. É corriqueiro a avaliação de determinada atividade pelos próprios participantes e realizadores da atividade. Nestes momentos são expostos principalmente problemas relacionados à referida ação e também os êxitos. Por vezes não se alcança nenhuma avaliação geral ou definitiva, mas mantém-se a importância do espaço pela socialização da atividade e das impressões dos sujeitos participantes.

criatividade: nas reuniões e encontros das CEBs vê-se cantos, poesias, apresentações, interpretações teatrais dentre outras manifestações artísticas.

as formas de comunicação: a comunicação direta é o principal meio de comunicação das CEBs. Estabelece-se uma teia de contatos na Comunidade através do cotidiano que provê reflexões diárias a respeito da realidade.

### **Os movimentos sociais e a ciência geográfica**

Os trabalhos a respeito dos movimentos sociais tardaram a ocupar espaço na ciência geográfica, em relação com as demais humanidades (Pedon 2004; Fernandes 2000). Pedon (2018) observa que esta pesquisa é inaugurada no Brasil através dos trabalhos de Josué de Castro e de Manuel Correia de Andrade. Seus estudos da relação da seca, do latifúndio e das relações de produção do sertão foram os primeiros a jogar luz sobre o fenômeno social em suas bases espaciais. O amadurecimento de um corpo teórico para analisar os movimentos viria nas décadas seguintes. Através deste percurso e referenciados por nosso trabalho, consideramos aqui os acúmulos do território e da escala para jogarmos luz sobre nosso objeto de estudo.

Uma contribuição fundamental no campo da geografia e dos movimentos sociais diz respeito ao conceito de movimentos socioterritoriais e socioespaciais, havendo em sua diferenciação uma importante constatação política, da forma que cada movimento se apropria



do espaço e com que objetivo que o faz. Fernandes (2005) indica que os movimentos socioterritoriais têm o espaço como trunfo, de forma que a territorialização é algo fundamental, inerente à sua ação sobre o espaço. Sua territorialização é essencial para sua existência. Exemplos são os movimentos de camponeses, sindicatos, etc. Por outro lado, organizações não governamentais se constituem enquanto movimentos socioespaciais, já que são verdadeiramente agências de interlocução, mediação, não tendo o território como algo ligado à sua existência ou com seu trunfo na sua ação no espaço. Dentro dos movimentos socioterritoriais poderíamos considerar, por sua vez, movimentos isolados e os movimentos territorializados. Os isolados estão circunscritos à uma escala mais restrita, de caráter local, o que também está relacionado com sua capacidade de articulação. Os movimentos socioterritoriais territorializados possuem articulações em diversas regiões, compondo uma rede que promove a sua territorialização.

Os movimentos isolados são ações sociais que estão definidas - e de certa forma limitadas - à uma determinada circunstância, sem se relacionar com formas de ação semelhante. Os movimentos territorializados incidem em vários lugares ao mesmo tempo, pautando uma ação social comum (Fernandes, 2000, p. 68). À Pedon (2018) os movimentos socioespaciais são aqueles que se inserem nas dinâmicas espaciais sem, contudo, questioná-las. Os movimentos socioterritoriais propõem outras apropriações para o espaço. Questionam a ordem vigente e territorializam outras escalas e ações sobre o espaço, pautados em outra visão de mundo. Há então uma importante diferenciação política entre as apropriações espaciais entre diferentes agentes.

A constituição de um território pelos movimentos sociais passa a ser um trunfo dos mesmos movimentos. A sua territorialização cria uma tensão em meio ao campo de força que produz a territorialidade hegemônica. Os movimentos podem ser entendidos enquanto territórios em resistência, compondo um movimento histórico que vai compondo o movimento de territorialização. Este trunfo se torna local de criação e recriação de novas formas sociais (*idem*, 2018).

Temos assim uma concepção que articula o território e diferentes movimentos sociais, compondo o que está sendo chamado de movimentos socioterritoriais. O conceito, como foi apresentado, prescinde de uma concepção política de resistência e de articulação junto de outros territórios e escalas.

Há uma outra direção possível para conceber esta relação do território com os movimentos, que se debruça sobre as relações sociais que compõem determinada territorialidade.

Não se trata de uma referência a um recorte ou a um enunciado espacial (um bairro, um lugar, uma região, etc) (...) mas sim, diferentes formas de vínculo entre a luta e as relações sociais que configuram os territórios e as territorialidades. Não são lutas pelo recorte espacial (ou pela propriedade), ou a partir do recorte espacial, mas sim, pelo e a partir daquilo que ele contém e que o define: as relações sociais - em toda sua multidimensionalidade, envolvendo aquilo que dissociamos na razão ocidental como cultural, político, econômico, etc (Santos, 2011, p. 163-164)(grifos nossos).

Para o autor a luta pelo território e pela territorialidade diz respeito não somente acerca do recorte espacial, mas pela dinâmica social que vitaliza determinado lugar. As mobilizações territoriais são dinamizadas e têm seus conflitos acirrados a partir do que podemos denominar processos de des-re-territorialização. Através de diversos agentes, há disputa pelos usos e pelos recursos dos territórios, o que leva à luta pelos mesmos, através de comunidades, movimentos sociais, quilombolas, ribeirinhos, e muitas outras expressões das sociabilidades com vínculo estreito com suas respectivas territorialidades. Respalda a análise a partir das movimentações sociais é considerar que tais apropriações são produzidas pelas relações sociais, que não necessariamente estão restritas à um sítio específico. É considerar que as apropriações não só são da ordem econômica, mas também são políticas e simbólicas culturais. A respeito dessa divisão, não se trata de preponderar um elemento sobre outro, mas sim de reconhecer a multiplicidade desses fenômenos de resistência de cunho territorial.

Dentro deste debate, nos situamos a compreendê-lo enquanto complementaridade. Apesar das ações sobre o espaço e sobre os territórios serem vitalizados por diferentes sujeitos sociais, a apropriação material a depender dos atores envolvidos, é fundamental para sua luta e demandas de vida. O caso que aqui propomos é exemplo disso, já que o pertencimento de uma pequena área de terra traz autonomia aos movimentos e organizações. Não obstante, foram suas ações através de anos de mobilização que resultaram na apropriação dessa materialidade.

No que diz respeito às escalas, estas são fundamentalmente arranjos sociais que expressam ações políticas que se configuram espacialmente. As escalas são mobilizadas e engendradas pelas relações de poder instituídas pelos mais diversos agentes sociais (Brenner,

2001). Escalas já reificadas, como o local, regional, nacional e global servem principalmente para circunstâncias de poder hegemônicas, circunstâncias estas que justamente produzem tais escalaridades. Assim a escalaridade se torna um fenômeno eminentemente político, sendo definido pelas relações de poder contidas na sociedade. Evidenciar a questão política traz a possibilidade de visualizar os desdobramentos e possíveis interferências que diferentes arranjos políticos podem realizar sobre a sociedade. Assim é possível vislumbrar novos arranjos espaciais a partir de circunstâncias escalares produzidas pelos movimentos sociais (Santos, 2011).

Há diversas formas em que diferentes objetos e ações se dão em diversas escalas, de forma inter-relacional. As primeiras abordagens do conceito indicavam geralmente espaços hierarquizados, de forma que cada escala se inseria dentro de uma escala maior (idem, 2011). No entanto, essa representação do real não apreende algo inerente à realidade: que os fenômenos se dão de forma simultânea, numa diversidade de lugares. Não se trata, no entanto, de tomar a realidade enquanto algo absolutamente desprossuído de qualquer ordenamento.

A questão primordial posta pela constatação da pluriescalaridade é reconhecer a complexidade dos arranjos espaciais e, dentro destes, a escala se torna fundamental para a compreensão dos fenômenos. Enunciar a complexidade dos fenômenos é reconhecer que na realidade estão postos objetos, sujeitos e ações que coexistem mas que numa visão hierárquica e estanque de escala estariam colocados em representações distintas.

A constatação da construção política da escala nos é caro para analisar de que forma os movimentos em questão neste trabalho são capazes de dinamizar outras escalas para operacionalizar e atingir outros âmbitos políticos. Considerando que as escalas não são estanques (como uma escala local, regional, etc) podemos considerar a formação de arranjos espaciais dos movimentos sociais territorializados, utilizando a acepção de Fernandes (2005), que produzem sua espacialidade em contestação à outras formas de organização.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Utilizaremos para nossa análise os registros feitos no chamado “Caderno de Memórias”, que compreendem as reuniões gerais da ENEP de 2016 até 2019. O primeiro registro data de agosto de 2016, e assim esta análise abarca as reuniões até agosto de 2017.

Nestes registros encontramos as representações de movimentos e entidades presentes nas reuniões, os pontos de pauta e discussões realizadas e os calendários de ações que foram socializados. Vale indicar que algumas entradas do caderno não registraram as entidades presentes, assim como em alguns registros não estão presentes o calendário de eventos, seja pela própria falta de registro ou pela ausência dessa socialização.

Na reunião de 11 de outubro de 2016 discutiu-se o sonho para a ENEP para os próximos quatro anos, sendo que os debates foram resumidos como:

Com o trabalho organizado, sendo visualizado como central na nossa prática do cuidado de nossa escola. Organizada de forma integrada e saudável com a conquista da soberania e do saber popular. Mais pessoas envolvidas na nossa construção de luta cotidiana da ENEP. Pautamos o projeto popular com a educação libertadora. Enfim, somos o pólo aglutinador da luta popular em nossa região. As pessoas gostam de aqui ficar e quando daqui saem, elas irradiam o que vivenciam na escola e nas suas comunidades (sustentabilidade, pessoas, organização popular, pólo aglutinador)"(ENEP, 2016)(grifos nossos)

Este trecho nos auxilia na corroboração de nossa hipótese de que a ENEP serve como um salto escalar para as ações que são consideradas como estando dentro do campo popular. Ou, colocando em outras palavras, os movimentos sociais incidem em outras escalas a partir da articulação que ocorre através da ENEP. Outro ponto fundamental do trecho destacado se refere à centralidade do trabalho na ENEP. Vemos aqui o que foi discutido a respeito das CEBs, que tem o trabalho também como prática norteadora de sua ação. No entanto o trecho acima fala de um projeto, ainda não materializado.

Um exemplo desta escalaridade está presente no registro de Agosto de 2016, em que a ENEP assume três eixos para o Fórum Social pela Vida<sup>6</sup>, sendo estes o de saúde e segurança alimentar, metodologias populares e água, minério e energia. Esta ação implica que os movimentos e entidades presentes da na reunião podem se inserir em uma prática política que concerne um grande evento da região. A reunião serve, então, para provocar a oportunidade de articulação política em diferentes ambientes.

A organização do trabalho se traduz, ao nível mais básico, na organização das reuniões e sua divisão em comissões para que haja a viabilidade do encontro. São atividades

---

<sup>6</sup>Evento realizado periodicamente na região, organizado também pela dimensão sociopolítica da Arquidiocese de Mariana, mas que também contempla um amplo grupo de movimentos sociais.



como limpeza, relatoria, alimentação, animação, coordenação entre outros. Esta organização elementar traduz a concepção de trabalho e de mutirão para a Escola. Em outro nível, mais geral, o trabalho se inscreve na concretização da ENEP através dos mutirões que interferem no espaço conquistado pelos movimentos.

Outro registro de abril de 2017 também contribui para a nossa compreensão acerca do trabalho:

somos mais do que uma organização não governamental (ONG); não somos igreja em seu sentido confessional; somos o caminho que se faz caminho, não fazemos a roda, existe caminhos centrais em torno do trabalho e não pela lógica do capital; temos como centralidade o trabalho; acumulamos força nos tornando popular; o estudo, a reflexão e a luta perpassam nossa centralidade; nos apoiamos através do constante trabalho de base; estamos em constante busca do modelo de escola que queremos ser (ENEP, 2016).

Aqui se faz uma clara distinção de sua concepção de trabalho, distanciando-se da lógica capitalista de apropriação do trabalho.

No entanto, em uma avaliação criteriosa de como está o trabalho realizado na escola, no mesmo registro identifica-se

melhorar a segurança da entrada da ENEP; melhorar a eficiência do trabalho no terreno, nós não conhecemos toda a área da ENEP; no censo comum o terreno em torno da ENEP reflete o abandono; como melhorar a imagem e a nossa relação com o espaço da ruína; foi sugerido fazer um grande painel onde é a ruína com a imagem visual da ENEP; a reconstrução da ruína, iremos nos desafiar ou esperar uma resposta do Estado?; é preciso fazer a manutenção/acompanhamento dos espaços que modificamos; baixa oferta hídrica na época da seca; regularizar a instalação elétrica; 2 (duas) fossas construídas pelo LICENA, mas não estão em uso pela falta de manutenção; construímos um forno mas não o usamos; a placa solar ainda não foi instalada; a roda d'água ainda se encontra em local provisório; não estamos usando a carroça; não damos conta de coletar o que estamos produzindo; falta uma melhor relação/comunicação entre a produção e a venda; plantamos e temos colocado o cavalo para poder comer; as ferramentas que usamos são do Geraldinho; temos comprado mais do que vendido. [...] pendências como a realização de dois (2) módulos do CRB; a instalação da internet, pois foram feitas as conversas mas não encaminhamos a instalação; conversar com a escola sobre a aquisição de alimentos da ENEP; fazer um diálogo permanente com a comunidade como por exemplo a realização de atividades culturais (*ibid.*).

Diante de todas estas dificuldades conclui-se que



temos encaminhamentos pouco eficaz; o trabalho não tem sido a nossa prioridade; temos sido mais hegeliano do que marxista no sentido de pensar/achar/ter a ideia mas não efetivar a ideia, ir em busca de sua prática; que a executiva assuma seu trabalho e responsabilidade de forma mais eficaz (ENEP, 2016)

Em resposta, encaminha-se

que as frentes de trabalho atentem aos pontos levantados; é preciso de mecanismos concreto para a inserção de mais pessoas no processo de construção da ENEP, pois temos identificado que ainda somos poucos e por fim que as frentes se apropriem e efetivem o nosso planejamento. (*ibid.*)

A constatação das atividades pendentes, a projeção do que se quer pra escola e a resolução para as dificuldades encontradas perpassam pela organização do trabalho, principalmente aquele que se realiza em mutirão. Um relato de agosto de 2017 se debruça sobre as atividades do mutirão, quando se avalia que os mutirões através das entidades não têm logrado bons resultados:

mutirão não é multidão, um mutirão é processual e contínuo. É necessário definir melhor os mutirões, deve ser floreado – sonhar, planejar, realizar e celebrar... tem que ser para além do retorno-ressignificar o conceito de mutirão. É importante contextualizar a realidade na qual haverá uma intervenção. Deve ter uma pessoa que motiva com clareza os objetivos e também oferecer as condições necessárias (alimentação, ferramenta, etc.). (*ibid.*)

Estas entradas do Caderno de Memórias consubstanciam nosso entendimento de que o trabalho atua de forma central na construção da ENEP, de que esta organicidade provém, de forma significativa do que podemos chamar de CEBs, como o exemplo retratado sobre o Fórum Social pela Vida. Acerca do que será esta Escola, ainda não se tem bem definido, apenas alguns pontos norteadores. Em reunião pergunta-se se a ENEP seria: 1) centro de formação; 2) Escola de alternância ou 3) Escola regular. As respostas são sistematizadas:

Destaca-se falas e defesas em comum: a ENEP não deve ser uma escola formal, não deve se vincular ao sistema de ensino que é engessado. Regularizar formalmente a escola é ir contra os princípios das entidades que compõem a ENEP. O processo educativo da ENEP deve ser humanizado e emancipador. É necessário ressignificar o espaço educativo. Mesmo considerando experiências positivas como a Escola Florestan Fernandes e as Escolas Famílias Agrícolas, é preciso garantir que a ENEP tenha a autonomia necessária de seu processo educativo. Podemos estabelecer parcerias para cursos formais por meio das faculdades parceiras. Porém deve se ter todo o cuidado para manter os princípios e objetivos primeiros. Lembrando que temos



que buscar o objetivo com jeito na caminhada de forma que ajude a escola a dar passos para frente, isso deve ser entendido como central. (ENEP, 2016)

O ponto principal de destaque é a fundamental importância, para as organizações presentes, de manter a autonomia da ENEP perante práticas institucionais de educação. Quando se caracteriza os objetivos da Escola utiliza-se a educação humanizada e emancipatória. Não há, à época dos registros consultados, uma clara definição da prática pedagógica da Escola. Há, então, princípios norteadores e a concepção do trabalho enquanto centralidade da organização da Escola.

Correlacionando as entidades representadas em cada encontro e os calendários que foram divulgados, temos a seguinte sistematização:

<b>Tabela 1: agendas compartilhadas em reuniões gerais e representações presentes – agosto de 2016 a agosto de 2017</b>			
<b>Ano</b>	<b>Mês</b>	<b>Calendários Compartilhados</b>	<b>Representações Presentes</b>
2016	Agosto	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CRB nos dias 21, 22 e 23, sobre Questão Agrária. Dia 21 será análise de conjuntura. [presume-se que de outubro]</li> <li>- 11 a 13/11 Juventude contra o extermínio, na EFA Paulo Freire</li> <li>- Dia 03/10 haverá reunião do MEPE</li> <li>- 27 a 30 Fórum Social em Lafaiete</li> <li>-07/10 reunião da coordenação do fórum</li> <li>-08/10 reunião ampliada do Fórum</li> <li>-Espaço sobre Mapeamento ambiental no CEE</li> <li>-Reunião do centro de referência da juventude, 28/09</li> <li>- Atividade do MAB 31 a 05/11, começando a Marcha de Regência no Espírito Santo.</li> <li>- Assembleia em Paula Cândido 24/09, para socializar os debates do curso de Teologia Popular.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Campanha pelas águas contra o mineroduto</li> <li>- PT</li> <li>- MEPE</li> <li>- MAB</li> <li>- Levante</li> <li>- Mandato do Pe. João</li> <li>- FOMENE</li> </ul>
2017	Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 11 de fevereiro reunião com os participantes do Fórum Social pela Vida de 2016 (Leste).</li> <li>- III etapa do Curso de Teologia Popular será realizado no</li> </ul>	[não há registro]



**Tabela 1: agendas compartilhadas em reuniões gerais e representações presentes – agosto de 2016 a agosto de 2017**

Ano	Mês	Calendários Compartilhados	Representações Presentes
		período de 23 a 25/01/17  - 28/01 reunião na ENEP sobre o cuidado com a casa comum via tecnologia popular e cuidado com a água.	
	Fevereiro	- Ato 15 de março contra a reforma da previdência - 22/03 Ato em Defesa das Águas - 15/02 atos públicos em Barbacena e Juiz de Fora e Ouro Preto em defesa da previdência social. - 18 e 19/02 encontro da juventude em Airões - 23/02 reunião da CJP na casa de Maria José - 24/02 mobilização da comissão pró-asfalto em Abreus	MAB, Licena, CJP, EFA Dom Luciano, MEPE, Levante, IUC, Terapias Naturais, UFV, OCA, Mandato Pe. João
	Março	- 22/03 em Viçosa Ato em Defesa das Águas - 20/03 visita de alunos do curso de geografia na ENEP - 21/04 ato em defesa pelo asfalto da MG 280, caminhada de Paula Cândido até Viçosa. -18/03 reunião da Forania de Viçosa em Pedra do Anta	EFA Dom Luciano, MAB, CJP, IUC, Mandato Pe. João, MEPE, Levante.
	Abril	-21/04 encontro em Paula Cândido referente à MG280, proposta de lançamento da cartilha de teologia popular neste mesmo dia - 24/06 assembleia da ENEP	[não há registro]
	Junho	- 23/06 mutirão para organizar o espaço da ENEP - 16/06 haverá mutirão para fazer covas para as mudas - 29/06 mutirão do curso de terapias naturais - 14 a 17/07 9ª Troca de Saberes - 03/06 primeiro módulo do curso de Fé e Cidadania - 24 a 26 de julho a 1ª etapa da segunda turma de Teologia Popular - 14 a 18/06 Conune em BH - 29/07 7ª Vivência Missionária em Belisário - 16 a 18 formação de jovens do MAB - 03 a 07/07 curso de móveis em Bambu com Luizinho	[não há registro]
	Julho	12/08 curso de Plantas Mediciniais e Homeopatia em Visconde do Rio Branco - 29/07 Vivência Missionária em Belisário - 20/07 Curso de Teologia Popular - 15 a 17/09 Curso de Fé e Cidadania	[não há registro]
	Agosto	-28/08 nova turma de homeopatia -02/09 nova turma de terapias naturais	MEPE, IUC, Levante, CJP, MAB, EFA



**Tabela 1: agendas compartilhadas em reuniões gerais e representações presentes – agosto de 2016 a agosto de 2017**

Ano	Mês	Calendários Compartilhados	Representações Presentes
		- 12/08 curso de homeopatia pelo mandato do Pe. João - 21/08 visita da Licena - 08 a 10/01/18 próximo módulo do curso de teologia popular	

As informações contidas na Tabela 1 expressam as agendas dos movimentos que são socializadas nas reuniões. As agendas são um importante instrumento para análise, já que sintetizam as ações e eventos realizados pelos movimentos e entidades (Pedon 2018; Santos 2011).

As ações comungadas nas reuniões trazem tanto atividades internas à ENEP, como mutirões, cursos, reuniões e celebrações quanto atividades externas, sendo atos, cursos, reuniões e encontros diversos. Os espaços de reunião assim se fazem uma importante ponte de articulação política com potencial para que as entidades possam agir sobre escalas outras, que são dinamizadas pelos movimentos parceiros pertencentes à ENEP.

Outros dois pontos são observados a partir das ações propostas pelos movimentos. Sua área de atuação parece resvalar, principalmente, sobre a região leste da Arquidiocese de Mariana, como cartografado em trabalho prévio (Assis, 2023). Assim, em citação superior em que a ENEP se coloca como “polo aglutinador da luta popular em nossa região” (ENEP, 2016), compreende-se que em grande medida é desta região que se trata.

Outro ponto que merece destaque é a quantidade de eventos e ações que trazem a territorialidade das CEBs para a ENEP. Exemplos são os cursos de Teologia Popular, reuniões e mutirões do MEPE, Fórum Social pela Vida, reunião da CJP (Comissão de Justiça e Paz), reunião de forania, curso de Fé e Cidadania, Vivência Missionária, curso de Fé e Cidadania. A densidade deste campo dentro das ações da Escola nos levam a relacionar a manutenção da Escola e as CEBs, energia esta que possibilita e ajuda a construir a multiescalaridade também trazida pelos movimentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apontamos por meio dos relatos do Caderno de Memórias e pelas ações e entidades das reuniões que há uma relação entre a territorialidade presente das CEBs na ENEP e a articulação entre diferentes movimentos sociais da região. Os relatos indicam uma Escola que se ancora na centralidade do trabalho, que se materializa principalmente através dos mutirões, forma primeva da organização do trabalho coletivo.

Indicamos que é necessário ainda apontar de que forma que o histórico e territorialidade das CEBs, juntamente com o trabalho, estão associados com a multiescalaridade dos movimentos. De que forma o trabalho coletivo da ENEP é irradiado para outros territórios? É concreta essa capacidade de irradiação? Estes questionamentos apontam os próximos passos da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Renan; SILVA, Nelmiere Ferreira. O território da escola nacional de energia popular em Viçosa -MG. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 34, n. 1, p.01-25, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/14420/7956>. Acesso em: 05 jun. 2023.

BRENNER, Neil. The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration. **Progress in human geography**. v. 15, n. 04, p. 591-614, Dez. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1191/030913201682688959>. Acesso em: 13 Dez. 2022.

ENEP. **Caderno de Memórias**. 2016.

GOMES, Wanda Lúcia. **CEBs, a coragem de sonhar: alguns aspectos da prática cotidiana das Comunidades Eclesiais de Base**. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) -- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 1989.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**. São Paulo, n. 15, p. 59-85, 2000. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/361/343>. Acesso em: 06 fev. 2023.



\_\_\_\_\_. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**. Presidente Prudente, ano 08, v. 06, p. 24-34, Jan./Jun. 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>. Acesso em: 23 Abr. 2023.

PAIVA, José Maria de. Comunidades Eclesiais de Base. \*In\*: POMPERMAYER, Malori José (org). **Movimentos sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1987.

PEDON, Nelson Rodrigo. Prolegômenos a uma geografia dos movimentos sociais. **Formação**. v. 01, n. 11, p. 95-116, Dez. 2004. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/897/1033>. Acesso em: 05 fev. 2023.

PEDON, Nelson Rodrigo; MONTEIRO, Eldenilson, da Silva Monteiro; MOTTER, Rafael Junior. A pesquisa geográfica sobre os movimentos sociais: teoria e um estudo de caso. *In*: SANTOS, Edinusa Moreira Carneiro et al (orgs). **Espacialidade e movimentos sociais**. Rio de Janeiro, Consequência, 2018.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. **Movimentos sociais e geografia: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social**. Rio de Janeiro, Consequência, 2011.

ZIBECHI, Raúl. **Movimentos sociais na América Latina: o "mundo outro" em movimento**. Rio de Janeiro, RJ: Consequência Editora, 2020.